

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

Adriele Campesan Mourão

Economia Solidária em assentamentos rurais:
estudo sobre a Associação Panificadora AMA VI de
mulheres, em Araraquara.



ARARAQUARA – S.P.

2017

Adriele Campesan Mourão

Economia Solidária em assentamentos rurais:
estudo sobre a Associação Panificadora AMA VI de
mulheres, em Araraquara.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de
Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e
Letras – Unesp/Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

ARARAQUARA – S.P.
2017

Mourão, Adriele Economia Solidária em
assentamentos rurais: estudo sobre a Associação
Panificadora AMA VI de mulheres, em Araraquara
/ Adriele Mourão – 2017 63 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e
Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Rafael Alves Orsi

1. Economia Solidária. 2. Assentamentos Rurais. 3.
População Rural. 4. Empreendimento Solidário. 5.
Educação Cooperativista. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Adriele Campesan Mourão

Economia Solidária em assentamentos rurais:
estudo sobre a Associação Panificadora AMA VI de
mulheres, em Araraquara.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de
Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e
Letras – Unesp/Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

Data da defesa/entrega: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos trabalhadores rurais que lutam dia-a-dia por seu reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, que pôde me dar a possibilidade de ingressarem uma universidade pública. Especialmente à minha irmã Ariane que mostrou o que era Economia Solidária e fez com que me despertasse o interesse sobre o assunto.

À minha ex-diretora do ensino médio que foi a pessoa que incentivou que eu cursasse Ciências Sociais.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que me concedeu por duas vezes a Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão.

Aos professores que me guiaram nesta jornada rumo ao aprendizado sobre assentamentos rurais: Sebastião Neto Ribeiro Guedes e o meu atual orientador Rafael Alves Orsi.

A Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI, em especial à Presidente (Jiseli), que sem a existência delas, o meu trabalho não existiria.

Ao meu amigo Orion Sofia, que foi até o Assentamento Monte Alegre VI e fotografou a Padaria Comunitária para poder utilizar no trabalho.

Enfim, agradeço aos anos de graduação, que me possibilitaram um crescimento não somente intelectual, como também pessoal.

Ocupação
Não rima com
Latifúndio
Cooperativas
Não rimam
Com exploração
Reforma Agrária
Não rima com
Herança escravocrata
Camponês
Não rima com
Usineiro
Liberdade
Não rima com
Opressão
Sem terras
Só rimam
Sem cercas.

Carlos Pronzato¹

¹ PRONZATO, C. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/19%20POEMAS%20SEM%20TERRA%20-%20Carlos%20Pronzato.pdf>> Acesso 17 abr. 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Assentamento Monte Alegre localizado em Araraquara-SP, já que neste assentamento existe em funcionamento um empreendimento solidário. Com o objetivo de compreender o conceito sobre a Economia Solidária e de suas consequentes formas de empreendimentos, relacionando seu traço característico que é o modelo camponês (reciprocidade “horizontal”) com as vivências nos assentamentos rurais, propõe-se uma análise histórico-cultural dos assentamentos para que se entenda a realidade de hoje, para compreender como eles foram formados, seu funcionamento, desenvolvimento e sua reprodução. Discute-se sobre a reforma agrária e suas tessituras fundiárias para ao final caracterizar o assentamento estudado e analisar se a Economia Solidária potencializa a vida da população rural. Neste trabalho não se pretende afirmar ou não se a prática da Economia Solidária nos empreendimentos solidários é uma forma revolucionária ou um modo de produzir alternativo, ou se é ou não a mesma face da moeda da produção capitalista. O intuito desta monografia é dar apontamentos sobre a potencialidade transformadora desta outra economia nos empreendimentos que utilizam da Economia Solidária para se consolidarem. Utilizando do trabalho de campo, juntamente com entrevistas semiestruturadas, o trabalho vai em direção à obter informações que caracterizam o objeto de estudo e permita desdobrar acerca do assunto. Afirma-se, portanto, a necessidade de um projeto educacional referente à Economia Solidária para que os empreendimentos solidários possam se perpetuar e não apenas serem formados. Sendo assim, essa educação para os princípios de cooperação traria novas formas de relações, já que ela modifica a estrutura interna induzindo a uma horizontalidade na produção, completamente oposta ao modelo de produção vigente.

Palavras – chave: Economia Solidária. Assentamentos Rurais. População Rural. Empreendimento Solidário. Educação Cooperativista.

ABSTRACT

This work takes the “Monte Alegre” settlement, which is situated in Araraquara-SP, as an object of study, since this settlement has a working solidarity entrepreneurship. With the objective to comprehend the concept of solidarity economy, and its consequential ways of entrepreneurships, relating its characteristic traces that is the farmer model (“horizontal” reciprocity) with the living experience in the rural settlement, it is proposed a historical-cultural analysis of the settlements to understand the today’s reality, how it was built, how it works, and the ways of development and propagation of the settlements. It takes the agrarian reform and its structure of property on land into discussion to characterize the studied settlement and analyze if the solidary economy gives benefit to the rural population. This paper takes no pretension in claiming the solidary economy practice in solidary entrepreneurships as a revolutionary or alternative way of production, or if it is the same as the capitalist way of production. The intention of this monography is to point the potential of this other way of economy in entrepreneurships that uses solidary economy to consolidate itself. Using the field work, with semi structured interviews, this work intends to obtain information that characterize the study object and give us knowledge to discuss about it. Therefore, its necessary to create an educational project about solidary economy so the solidary entrepreneurships could be perpetuated instead of only being created. Thereby, this education for the principles of cooperation would bring new ways of relations, seen that it modifies the internal structure inducing a production horizontality, that is the opposite of the currently model of production.

Keywords: Solidary Economy. Rural Settlements. Rural Population. Solidary Entrepreneurships. Cooperative Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução dos Princípios Cooperativistas	18
Figura 2	Área de atuação do Empreendimento	25
Figura 3	Estabelecimentos Agrários	29
Figura 4	Estabelecimentos de Propriedades Familiares	29
Figura 5	Estabelecimentos de Propriedades não-familiares.	30
Figura 6	Nove pontos positivos da Reforma Agrária	31
Figura 7	Estrutura Fundiária	32
Figura 8	Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria Brasil e Grandes Regiões 2009	33
Figura 9	A hierarquia das necessidades, segundo Maslow	56
Figura 10	A hierarquia de necessidades de Maslow	57

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Entrada da Padaria Comunitária no lote VI do Assentamento Monte Alegre	42
Fotografia 2	Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI	43
Fotografia 3	Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI	43
Fotografia 4	Placa Inaugural da Padaria Comunitária “Irene Biazzi Goes”	44
Fotografia 5	Fachada interna da Padaria Comunitária	45
Fotografia 6	Produtos da Padaria Comunitária	46
Fotografia 7	Etiqueta feita pela Uniara para cada produto com sua tabela nutricional correspondente	48
Fotografia 8	Presidente da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI mostrando etiqueta antiga e nova feita pela Uniara	49
Fotografia 9	MULHERES do Assentamento Monte Alegre ganham prêmio nacional	50
Fotografia 10	Banner do Prêmio do Consulado da Mulher juntamente com a Consul	51

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Conceitualização da Economia Solidária	17
2.1 A Economia Solidária no Brasil	18
3 Assentamentos Rurais	25
3.1 Configuração do território brasileiro	26
3.1.1 Questão da Reforma Agrária e seus desdobramentos	28
3.1.2 A Política fundiária no Estado de São Paulo e suas consequências na região de Araraquara-SP	34
3.1.3 Questão do desenvolvimento dos assentamentos	36
4 Caracterização do assentamento Monte Alegre	38
4.1 Caracterização da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA VI)	41
5 Considerações finais	55
6 Conclusão	59

1 Introdução

A Economia Solidária surge no contexto da Primeira Revolução Industrial, em resposta as precárias condições dos trabalhadores ingleses. No Brasil, ela começa a surgir mais tarde, nas recessões do início dos anos 80 do século XX, devido às grandes falências de empresas. Os trabalhadores então, viram no resgate da empresa a possibilidade da autogestão.

De uma forma geral, os autores conceituam a Economia Solidária de forma parecida, com algumas exceções – devido à posições ideológicas diferentes – alguns conceituam de forma diversa. Como este trabalho não busca uma posição ideológica, utiliza-se da ideia de que “[...] a Economia Solidária se constituiria num modo de produção alternativo – ainda que existindo dentro da hegemonia produtiva capitalista” (CORNELIAN, 2006, p. 32). E ainda, afirma-se que

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10 apud CORNELIAN, 2006, p. 24).

Portanto, pode-se definir economia solidária como as práticas, ações e visões das iniciativas populares de geração de renda e trabalho, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. As unidades produtivas (e também de consumo e comercialização) abrangem diferentes setores produtivos, várias categorias sociais e distintas formas de organização. Suas origens também são diferentes, ora baseados em laços familiares, ora em vínculos comunitários de longa data, ora ainda em ação coletiva de luta comum, capitaneada ou não por alguma organização política.

Diante das diversas dificuldades da população rural, a Economia Solidária surge em muitos aspectos sob os empreendimentos como uma alternativa à população marginalizada. Isso porque ela dá garantias que o indivíduo sozinho não a teria. Por exemplo, a igualdade entre os membros, com a garantia da apropriação coletiva dos meios de produção, o alcance maior de lucro, pois com a junção dos trabalhadores no empreendimento solidário se dá maiores possibilidades de crédito, por exemplo.

Por este motivo, busca-se apontar sobre a relação entre Economia Solidária e os assentamentos rurais, demonstrando uma experiência de empreendimento solidário. Para

finalizar a primeira parte, o tema sobre cooperativas também é exposto, já que elas são produtos da Economia Solidária, segundo Cunha (2012). A Economia Solidária seria transformadora das relações sociais, já que em seus princípios aparecem a autogestão, igualdade entre membros, cooperação e solidariedade. Esses princípios são os que fazem com que ela se aproxime do ato associativo e cooperativo, além de segundo Schiochet, (2012) a Economia Solidária ter no seu caráter recíproco do cooperativismo a sua particularidade frente a economia capitalista tradicional.

Para entender a complexidade em que estão dados os assentamentos atualmente, precisamos adentrar em uma volta histórica, para analisar, desde os primórdios do descobrimento do Brasil, como as leis foram feitas e modificadas para entender a política fundiária em que nos encontramos no século XXI. Por isso, é mister demonstrar dados estatísticos do território brasileiro, de sua extensão e consequentemente compreender como as políticas fundiárias, seja em nível federal ou estadual se desdobram e fazem com que os assentamentos rurais tenham ou não tenham um desenvolvimento.

Na segunda parte será utilizado Fernandes, Welch e Gonçalves, (2012) para tratar sobre a configuração territorial do Brasil, desde o período colonial até a data da Constituição atual. Não podemos tratar sobre o tema rural sem falar sobre Reforma Agrária, por isto a necessidade de reconhecer que a partir desta configuração se deu a nossa política fundiária atual: a concentração de muitas terras em relação a poucas pessoas. Mas, como Júnior, (1991) e Fernandes, (2001) afirmam, o problema da Reforma Agrária e seus impasses não está somente sob o viés da concentração de terras ou sua solução se encontra apenas na distribuição destas, mas o problema também se encontra em construir novas relações para incluir o trabalhador rural, seja aumentando seus direitos, sua qualidade de vida ou aumentando sua participação nas políticas públicas feitas ao campo. Para finalizar a segunda parte, utiliza-se principalmente os autores Ferrante, Barone e Kuranaga, (2006) para tratar sobre o desenvolvimento dos assentamentos, estes autores acreditam no termo do desenvolvimento segundo Amartya Sen, por isto, a análise deles se focam em três aspectos: “[...] a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais”. (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006, p.20).

Na terceira parte, é feita a caracterização do Assentamento Monte Alegre, assentamento este que abriga a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI.

É aqui que se resgata a história de ambos e pode-se analisar seus desdobramentos e realizações.

Por mais que são vistos princípios solidários na relação dos assentados de uma maneira geral, a falta de mobilização e o grande aumento da individualização faz com que não se tenha forças necessárias para a estruturação de empreendimentos solidários, mas esse debate nunca será desatualizado, pois

É possível que a economia solidária esteja se constituindo como uma das tendências de organização dos trabalhadores, decorrente das atuais transformações no mundo do trabalho no contexto, especificamente em uma das características centrais que é a ampliação da flexibilidade da legislação trabalhista, da terceirização e precarização do emprego. (ADAMS, 2014, p. 581).

1.1 Objetivos

Esta monografia busca estudar uma experiência de Economia Popular Solidária (EPS) no assentamento rural de Monte Alegre IV, localizado no município de Araraquara-SP, no centro nordeste do Estado e que envolve a gestão de uma associação de mulheres de uma Panificadora de pães artesanais.

1.1.1 Objetivos específicos:

Em sua complexidade, a monografia articula três dimensões de questões.

1. Conceitualizar a Economia Solidária e analisar sua história de formação, buscando sua relação com o âmbito dos assentamentos rurais.
2. Revisar historicamente a questão fundiária para que se possa compreender os desdobramentos atuais em relação aos assentamentos rurais no Brasil.
3. Resgatar a origem e o processo de constituição dos assentamentos de trabalhadores rurais no município de Araraquara e compreender a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI no contexto das discussões acerca da economia solidária.

1.1.3 Metodologia

A pesquisa conta com duas partes:

1. Teórica: aprofundamento da revisão bibliográfica que orientará o projeto, particularmente daquela bibliografia referente à Economia Popular Solidária e os empreendimentos solidários, em especial aqueles presentes em assentamentos rurais.

2. Prática: o estudo de caso com a pesquisa de campo e como técnica a entrevista semiestruturada (realizada nas feiras e no Assentamento) que trará dados qualitativos para amostragem, aplicados no assentamento Monte Alegre VI e em uma Feira Orgânica realizada na Uniara, além de fotografias da Padaria Comunitária

2 Conceitualização da Economia Solidária

Conforme Singer (1999, 2002), a economia solidária é tão antiga quanto o capitalismo industrial, tendo nascido da iniciativa dos trabalhadores na defesa das condições de vida e de trabalho no contexto da Primeira Revolução Industrial. Ameaçados pelo capital, os trabalhadores buscaram formas de solidariedade e ação coletiva nas quais procuraram eles mesmos constituir e gerir unidades produtivas, subvertendo as condições de trabalho assalariadas. A principal forma de organização produtiva são as cooperativas, dentre elas existem as cooperativas de consumo, produção, de crédito e de compra e venda.

Em 1844, na Inglaterra, os Pioneiros Equitativos de Rochdale fundam uma cooperativa de consumo baseada nos princípios de Owen (proprietário de uma fábrica têxtil), segundo Cornelian, (2011, p.16): “Owen lutou junto aos operários, foi um ativista do movimento trabalhista organizando e participando de várias investidas operárias visando sempre melhores condições de trabalho, assim como, em projetos alternativos de organização do trabalho, dentre eles, as cooperativas”.

Os sete princípios cooperativistas que ficaram conhecidos dos Pioneiros de Rochdale são:

1. Adesão Livre
2. Gestão Democrática
3. Retorno Pro Rata das Operações
4. Juro Limitado ao Capital investido;
5. Vendas a Dinheiro
6. Educação dos Membros
7. Cooperativização Global

Esses princípios foram adotados como princípios cooperativistas universais e ao longo dos anos sofreram pequenas modificações.

Figura 1 – Evolução dos Princípios Cooperativistas

Evolução dos Princípios Cooperativistas			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da International Co-operative Alliance		
	1937 (Paris)*	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade

Fonte: Disponível em < <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/31.pdf> > Acesso 30 abr. 2017.

2.1 A Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária nasceu no contexto particular das recessões do início dos anos 80 do século XX, quando um grande número de falências obrigou os próprios trabalhadores a empreenderem o resgate da empresa, por meio da autogestão, em defesa dos seus empregos e renda. Nos anos e na década seguinte este processo se ampliou, ensejando um crescimento do número de cooperativas e associações de trabalhadores dos mais variados tipos e vinculados a inúmeros setores produtivos.

Alguns autores escreverem hipóteses de como a Economia Solidária poderia ter surgido no Brasil. Segundo Schiochet, (2012, p.17):

[...] ela foi resultado histórico da forma como a “questão social” se apresentou na década de 1990. Isto é, da contradição entre a trajetória dos movimentos sociais e o reconhecimento de sua importância na constituição de uma sociedade civil ativa e na institucionalização de esferas e políticas públicas (construção democrática de base), por um lado, e, por outro, a incapacidade de construção de uma ordem

econômica capaz de assegurar de forma substantiva a cidadania ampliada requerida pelo processo de democratização.

Foi um movimento de mudança no status-quo da sociedade, já que os indivíduos não queriam mais fazer parte apenas de um tipo de produção hierarquizada, fechada e estática. A sociedade passa a enxergar outras possibilidades na forma da produção, como por exemplo a forma horizontal plural. É nesse momento que a democracia começa a ressurgir na sociedade, e consequentemente a sociedade começa a querer mudanças econômicas e sociais.

Segundo Schiochet, (2012, p.18): “No caso brasileiro, a Economia Solidária pode ser compreendida como parte de um processo histórico que se caracteriza pela ampla mobilização da sociedade em torno do movimento e das lutas sociais que emergiram com força a partir do final da década de 1970 do século passado”. O autor, portanto, afirma ser importante evidenciar três movimentos que possuem extrema relação direta com o surgimento da Economia Solidária no Brasil, são eles:

1. Movimento de luta pela terra
2. Movimento popular urbano
3. Movimento sindical

Nesta monografia, será tratado apenas do primeiro movimento, já que o objeto de estudo é um empreendimento econômico solidário no campo rural.

Ao tratar do significado do conceito de Economia Solidária, muitos autores se posicionam em uma extensa bibliografia e demonstram certas vezes posições contrárias.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES): “A Economia Solidária é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão”.

Para Cornelian, (2006, p.32) [...] a Economia Solidária se constituiria num modo de produção alternativo – ainda que existindo dentro da hegemonia produtiva capitalista”. Conforme alguns autores Santos e Rodrigues, (2002); Singer, (2002), a economia solidária é uma nova forma social de produção que se abriga, contraditoriamente, no interior do modo de produção capitalista. Este se compõe de um todo articulado entre forças produtivas e relações de produção que, assentado sobre um modo material de

produção, garante o processo de reprodução do modo de produção. No capitalismo, o modo material de produção é o da grande indústria, nos moldes fordista-taylorista, caminhando para a produção flexível.

Schiochet, (2012, p.25) também define o que ele entende por Economia Solidária:

[...] é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão”. Ainda segundo o autor, “O princípio da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

Para alguns autores, na economia solidária as relações sociais são distintas da assalariada. O solidarismo aparece como uma nova racionalidade econômica, ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatores relacionados com a cooperação, no sentido de acionar e favorecer um maior rendimento do trabalho associado. Assim, a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Para tais autores, a economia solidária não reproduz as relações capitalistas, mas também não elimina ou ameaça a reprodução da forma típica capitalista.

A Economia Solidária vem em busca de objetivos e estilos de gestão contrários aos predominantes no que ocorrem no capitalismo. Por isto, os empreendimentos de economia solidária se norteariam pelos seguintes valores e práticas: 1) autogestão (na qual os trabalhadores, sendo proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo, controlariam a gestão pelo conjunto de associados); 2) igualdade (garantido pelo critério de remuneração pelo trabalho e por uma divisão equitativa dos excedentes); 3) democracia (decisões tomadas pelo conjunto dos associados, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, e que exercem direção transparente sujeita a órgãos de fiscalização independente); 4) participação (regularidade e frequência de reuniões, assembléias e consultas, com elevado grau de mobilização e comparecimento e mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos); 5) cooperação (responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e

reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais); 6) auto-sustentação (atividade produtiva geradora de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural); 7) desenvolvimento humano (processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica e profissional) e 8) responsabilidade social (ética solidária socialmente comprometida como melhorias na comunidade e com relações de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador).

No Atlas da Economia Solidária no Brasil são postas algumas características que são da essência do empreendimento econômico solidário (EES).

Há, portanto, quatro características fundamentais, segundo o Atlas (MTE/SENAES, 2006, p.12):

Cooperação: União de esforços e capacidades para implementar objetivos e decidir sobre interesses comuns. Propriedade coletiva dos bens de produção, responsabilidade e resultados compartilhados solidariamente;

Autogestão: Encarada como um exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, nos planejamentos estratégicos e ações cotidianas;

Atividade econômica: Iniciativa em que ocorre a união de esforços para viabilizar ações coletivas de produção, serviço, crédito, comercialização e consumo;

Solidariedade: Justa distribuição dos resultados e melhoria das condições de vida de participantes. Compromisso com o meio ambiente e com a comunidade.

Alguns autores irão criticar a presença da economia solidária no interior do sistema capitalista, como Tomé (2008, p.36):

O viés dito socialista, adotado por estas práticas pretensamente “solidárias autogestionárias”, não rompe com a lógica estrutural do modo de produção capitalista, pelo contrário, se manifesta e se desenvolve em interstícios político-econômicos idealizados, submergindo o conflito, e se transformando por encanto no caminho mais adequado ao fim das mazelas sociais que afligem a maior parte da população.

Embora há críticas de que a Economia Solidária não é tida como revolucionária e sim como reformista por Tomé (2008), partilha-se aqui da perspectiva de Santos (2001, p. 30) para quem:

Mais do que da velha dicotomia entre reforma e revolução, trata-se de, como afirma Gorz (1977), aplicar reformas revolucionárias, ou seja, empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista em que vivemos, mas que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalista.

Singer não deixa de assumir em momento algum que esse tipo de produção feito na economia solidária é efetivamente um modo de produção inserido na economia capitalista:

[...] é uma parte importantíssima da agricultura; é uma parte muito importante do pequeno comércio; no setor de serviços, ela tem uma expressão muito grande; tem uma expressão menor na indústria, mas mesmo aí ela existe. É toda uma economia” (SINGER, 2000a, p.145). E ainda afirma: “Não há uma oposição. Eu acredito que uma economia, vamos dizer, dominada por cooperativas, há espaço para a economia capitalista. Tem que haver liberdade para que, se alguém quiser criar empresa capitalista e outro quiser ser assalariado, isso devia ser um direito humano” (SINGER, 2000a, p.163).

Ainda em relação as diferenças entre a produção vigente e a produção solidária, Schiochet (2012, p. 33) coloca em evidência a maior diferença entre elas:

[...] embora o que defina a Economia Solidária seja o fato de que o trabalho cooperativo tem como objetivo a realização de uma atividade econômica, é mister reconhecer que sua capacidade econômica (a viabilidade) reside mais no ato associativo e cooperativo do que no acesso e posse de bens materiais. Também é preciso considerar que é no caráter recíproco do ato cooperativo que reside a especificidade da Economia Solidária frente à concorrência mercantil.

Sobretudo, de uma maneira geral, portanto, pode-se definir economia solidária como as práticas, ações e visões das iniciativas populares de geração de renda e trabalho, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. As unidades produtivas (e também de consumo e comercialização) abrangem diferentes setores produtivos, várias categorias sociais e distintas formas de organização. Suas origens também são diferentes, ora baseados em laços familiares, ora em vínculos comunitários de longa data, ora ainda em ação coletiva de luta comum, capitaneada ou não por alguma organização política.

Quando se trata de Economia Solidária não pode-se deixar de lado a questão do cooperativismo, já que foi ele que deu o arcabouço para que a prática da Economia Solidária se consolidasse.

Cunha (2002, p. 47) comenta sobre as cooperativas, que são produtos da economia solidária:

Mesmo sujeitas a reproduzir as mazelas do sistema, uma vez que obrigadas a competir no mercado capitalista, Marx entendia que internamente as cooperativas já haviam superado a contradição entre capital e trabalho. Aliás, ele considerava que as sociedades acionárias capitalistas também seriam formas de transição do modo capitalista para o modo socialista, tanto quanto as fábricas cooperativas; só que estas, como superação positiva, e aquelas como superação negativa.

Sobre o advento da economia solidária no Brasil, Cunha (2002, p. 70) afirma:

Mas o que faz a economia solidária crescer no Brasil são principalmente experiências construídas na prática através da luta cotidiana dos próprios sujeitos coletivos, que, com apoio destes agentes externos, resgatam de forma recriada a dimensão social e política das formas solidárias de economia, ao se organizarem em grupos de produção associada, cooperativas populares, organizações coletivas em assentamentos rurais, empresas geridas por trabalhadores e outras formas associativas e autogestionárias.

Ainda sobre as cooperativas, sobretudo, as que estão no âmbito rural, Cunha (2002, p. 72) afirma que:

As cooperativas agrícolas formadas nos assentamentos de sem terra oriundos de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) também são consideradas parte das experiências recentes de economia solidária no país. No processo de construção de sua identidade coletiva, dirigentes e militantes destes movimentos insistem em se afirmar parte de um “novo cooperativismo”.

Schiochet, (2012) cita experiências concretas de cooperativismo e associativismo no campo rural bem como a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), a Cresol (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda) e a Unicafes (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

É no meio rural que os trabalhadores veem a oportunidade de se unirem, praticando a cooperação e a associação como forma de potencialização, pois o trabalhador rural que faz parte dessas formações de coletivos, pode ter benefícios que sozinho teria em menor quantidade.

As cooperativas brasileiras são regulamentadas pela Lei 5.476/71 (alterada parcialmente pela Lei 6.981/82). No capítulo III, vemos o Art. 6º de como as sociedades cooperativas são consideradas, dentre as elenções estão que elas têm que ser: I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. E na seção II encontra-se o Estatuto da cooperativa. Que no artigo 21 elenca o que este deverá atender, como exemplo: I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral; II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais; III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado; IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade.

A luta coletiva pela terra e a economia solidária passam por completas dificuldades no sistema capitalista, porque em um sistema que os valores individuais, a livre iniciativa e a competição é o que regem a produção, os procedimentos e valorações dos assentamentos e de empreendimentos solidários são colocados como inviáveis. Por isso Fabrini (2003, p.80) afirma: [...] a ordem capitalista tem valorizado cada vez mais as práticas individuais, aumentando o descrédito nas práticas coletivas, principalmente aquelas voltadas para organização econômica e produtiva”.

Segundo Cardoso e Cleps Junior (2008, p. 7):

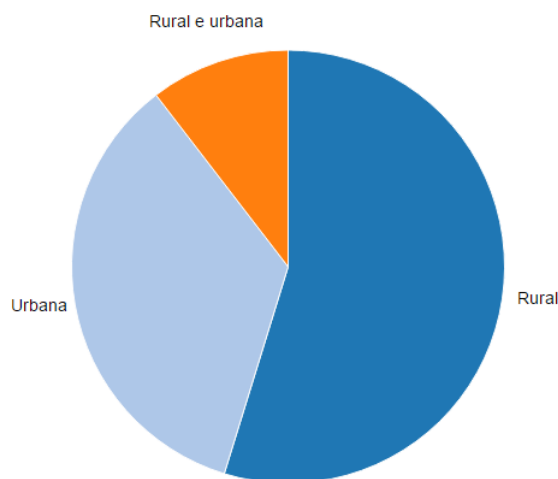
A busca por formas e alternativas viáveis para a manutenção dos assentados em seus lotes de maneira satisfatória é condição fundamental para a comprovação de que a reforma agrária realizada e efetivada com seriedade, apesar do pouco incentivo governamental, pode ser um acerto benéfico a grande parte da população em busca de novos territórios para sua (re)produção enquanto sujeitos atuantes na sociedade na qual se inserem.

A ideia da construção de uma cooperativa nos assentamentos rurais se relaciona com “A perspectiva da cooperativa ser a representante legal dos assentados em operação

de financiamento, de emissão de notas fiscais, contribuiria, talvez, positivamente, para a construção desse complexo novo modo de vida” (BERGAMASCO, 1994, p. 230).

Os dados estatísticos mostram que os empreendimentos solidários no Brasil, estão em sua maior parte, no âmbito rural:

Figura 2 – Área de atuação do Empreendimento



Fonte: Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

Portanto, o que se vê no Brasil, é que no âmbito rural a economia solidária se multiplica, já que [...] os assentamentos de reforma agrária configuram-se como formas de luta e resistência frente aos grandes latifundiários e ao modelo capitalista vigente” (CARDOSO; CLEPS JUNIOR, 2008, p.2).

3 Assentamentos Rurais

Alguns autores afirmam que há um traço característico que favorece para que a Economia Popular Solidária (EPS) se instale nos assentamentos e que este seria o modelo cultural camponês que utiliza como fundamento a reciprocidade “horizontal”.

Por este motivo, é necessário compreender como os assentamentos se formaram e como funcionam, para que se conclua se a Economia Solidária realmente possui características que auxiliam na sua instalação e reprodução no âmbito rural.

Antes mesmo de começar a tratar da literatura sobre os assentamentos rurais no Brasil, é necessário que se faça uma volta a história para que se entenda como os assentamentos funcionam e se produzem atualmente.

3.1 Configuração do território Brasileiro

É entendendo a configuração territorial do Brasil, sabendo que o território brasileiro foi uma colônia de exploração, é que se entende a questão fundiária atual. Por este motivo, Fernandes, Welch e Gonçalves, (2012, p.15) afirmam “Os paradoxos do Brasil agrário começaram em 1500, com o invasor português estimulando a prática do escambo pelos indígenas da região: a extração e a troca do pau-brasil”.

No período Colonial, mais precisamente em 1530, houve a criação das chamadas capitânicas hereditárias e criação do sistema de sesmarias, isso gerou a criação do latifúndio no Brasil, mas o que é importante ressaltar é de que a ideia da Coroa Portuguesa de ceder às terras tinha apenas um caráter territorialista, pois a intenção era apenas de que as terras se tornassem produtivas e se desenvolvessem. Na análise de Fernandes, Welch e Gonçalves, (2012, p.15) através dessa estratégia [...] a monarquia portuguesa buscou garantir seu domínio sobre o Novo Mundo, através do desenvolvimento de sistemas de uso e posse de terras, impedindo que as coroas francesa, holandesa e espanhola se apropriasse de parte de sua colônia”.

Em 1822, por conta da Independência do Brasil da Coroa Portuguesa, houve a troca de dono das terras através de lutas e conseqüentemente o sistema de sesmarias foi suspenso. É ainda no período do Império, para solucionar esse problema de luta pela terra que em 1850 se cria a Lei de Terras, a compra se torna a única forma de acesso à posse da terra, ou seja, as terras ainda não ocupadas passavam a ser de propriedade do Estado e só poderia ser adquirida através da compra e as terras que já haviam sido ocupadas poderiam ser regularizadas como propriedade privada. A Lei de Terras é analisada por Fernandes, Welch e Gonçalves “Sob a pressão britânica para abolir a escravidão, compuseram a Lei de terras, procurando valorizar a propriedade da terra, regulamentando a sua comercialização e atraindo trabalhadores imigrantes com todo tipo de promessa (SILVA, 1996 apud FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 19).

Em 1930 a Lei de Terras sofre um acréscimo; autoriza-se a desapropriação de terra com interesse público e a propriedade deveria ser indenizada.

Os autores Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p.21) fazem um comentário muito importante envolvendo o estado de São Paulo sobre o nascimento dos assentamentos de famílias imigrantes:

O estado de São Paulo foi o maior destinatário de imigrantes no Brasil e os chamou de colonos. A expansão das plantações de café necessitava desses trabalhadores que substituíram a mão-de-obra escrava recém liberta. Com a decadência gradual das plantações de café no século XX, foram estabelecidos projetos de colonização para ajudar os colonos a comprarem parcelas de terras.

Após 1930, com a implantação do Estado Novo de 1937 a 1945, a configuração das políticas rurais modificou-se

Entre as contribuições do regime semifascista de Getúlio Vargas, destaca-se a promoção de organização social e política das classes rurais, incluindo a criação de uma estrutura associativa e o estabelecimento do sistema judiciário do trabalho, usado para regular as relações de trabalho no que tange ao uso da terra”. (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES 2012, p. 22).

Até 1960, houveram avanços garantidos com a

[...] criação de sindicatos locais, estaduais e federais, tanto para os latifundiários quanto para os camponeses. Mas o ato causou medo na oligarquia rural, uma vez que sinalizou com a possibilidade de perda de seu poder e de aumento do controle do estado sobre a terra. Dessa forma, preferiram reagir e garantir a dominação através do golpe militar de 1964 (WELCH, 1995 apud FERNANDES, WELCH e GONÇAVES, 2012, p. 2012).

Com a nova Constituição de 1946 cria-se uma nova função à terra: ela deveria cumprir sua função social. Mas ao mesmo tempo, era difícil que aqui se realiza-se uma reforma agrária, isso porque tinha que ter um pagamento prévio e em espécie das tidas desapropriações por interesse social.

Quando os militares assumem o governo em 1964, elaboram e aprovam o Estatuto da Terra, as metas principais seriam a de executar a reforma agrária e desenvolver a agricultura do país. Além de removerem através da Emenda Constitucional número 10 o pagamento de terra através de dinheiro em espécie. Na análise de Fernandes, Welch e Gonçalves, (2012, p.22)

Mas, tal como a Lei de terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito “*pra inglês ver*.” O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural.

Por fim, a Constituição de 1988 legitima a desapropriação da terra para fins de reforma agrária. Mas, como afirma Silva, (1994, p.174) [...] a Constituinte de 1987/88 recuou duplamente restabelecendo o prévio pagamento das indenizações e omitindo-se no restabelecimento do critério para a fixação do “justo preço”.

Na análise de Fernandes, (2001, p.21) “Os três primeiros governos da Nova República apenas fortaleceram o modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, atendendo aos interesses e privilégios da agricultura capitalista, não criando nenhum projeto de desenvolvimento rural”.

Ainda na Nova República, no ano de 1985 foi aprovado o I Programa Nacional de Reforma Agrária, que teria seu vigor até 1989. A meta era de se assentar 1,4 milhão de famílias, mas apenas 89.950 famílias foram assentadas.

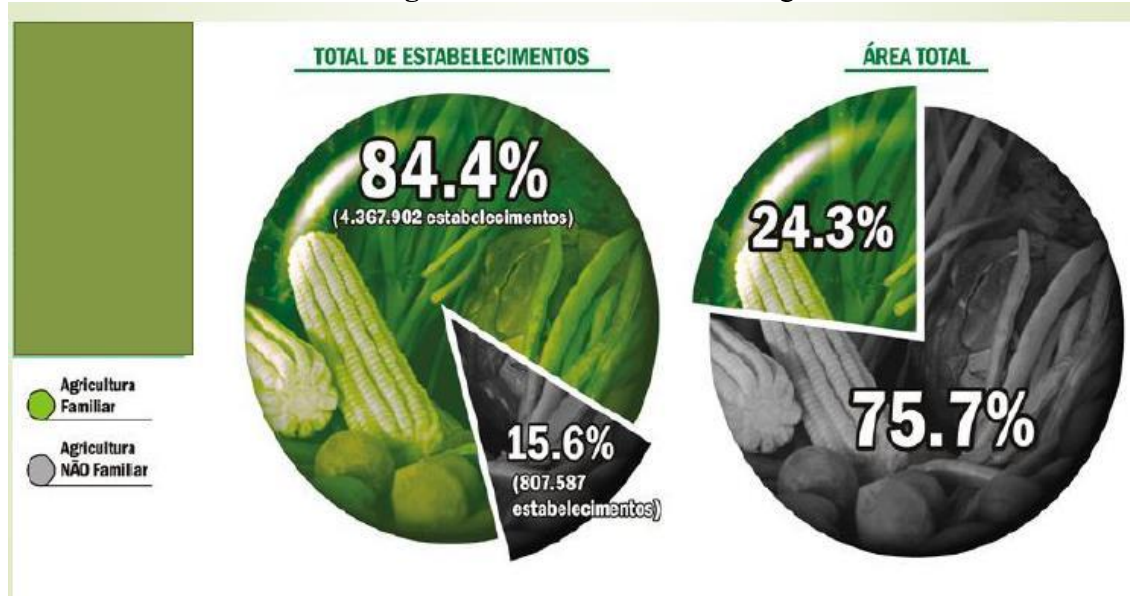
3.1.1 Questão da Reforma Agrária e seus desdobramentos

Para compreender a questão agrária, seus desenvolvimentos, seus impasses e vitórias é preciso entender a extensão territorial do Brasil. Fernandes, Welch e Gonçalves, (2012, p.11) dispõem dados sobre essa realidade:

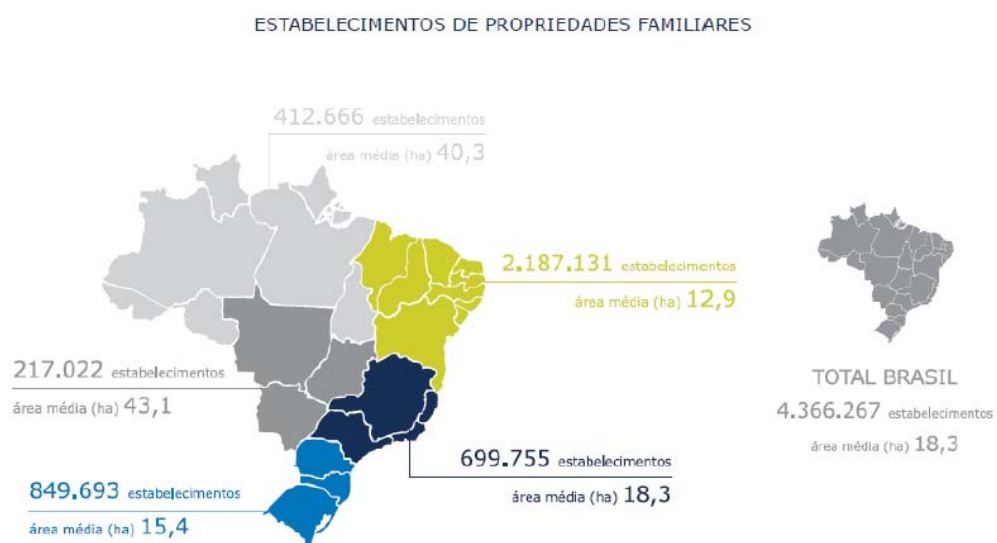
O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território. Estas desigualdades mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais.

Esquerdo², 2017 demonstra através dos gráficos retirados do Censo Agropecuário de 2009 essa forte concentração. Enquanto existem 4.366.267 estabelecimentos familiares concentrados em uma área de 24,3% do total, os estabelecimentos não familiares (agronegócio ou agricultura capitalista) são 807.587 e ocupam uma área de 75,7% no Brasil.

² Professora Doutora da Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri/Unicamp.

Figura 3 – Estabelecimentos Agrários

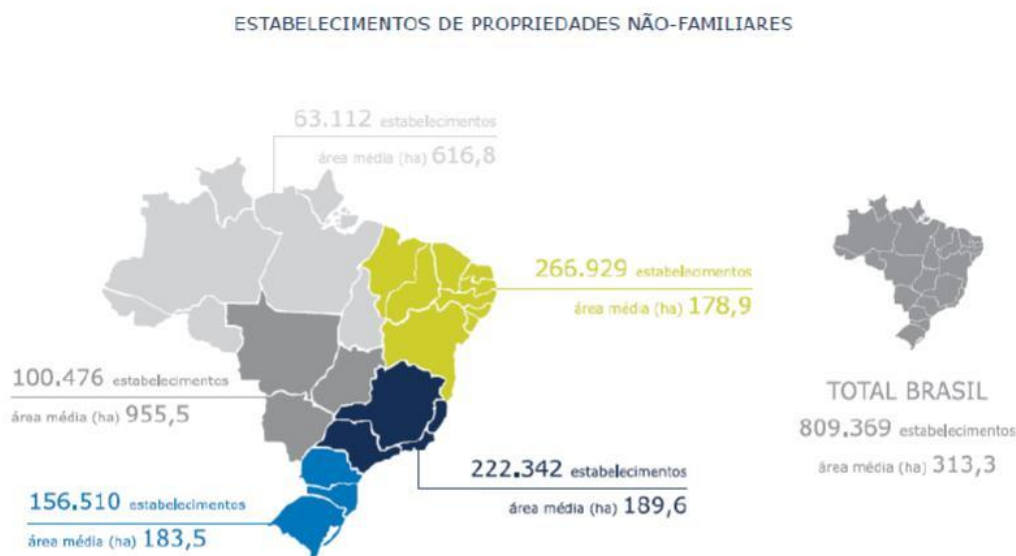
Fonte: Esquerdo³, Agricultura Familiar y Políticas Públicas en Brasil

Figura 4 – Estabelecimentos de Propriedades Familiares

Fonte: Esquerdo⁴, Agricultura Familiar y Políticas Públicas en Brasil.

³ESQUERDO, de S. F. V. 2017, p.9.

⁴ ESQUERDO, de S. F. V. 2017, p.10

Figura 5 – Estabelecimentos de Propriedades não-familiares

Fonte: Esquerdo⁵, Agricultura Familiar y Políticas Públicas en Brasil.

Apesar de a concentração fundiária ser considerado um problema, Fernandes, (2001, p. 24) afirma “A questão não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas”.

Para Júnior, (1991, p.89) existem dois caminhos que poderiam possibilitar a mudança na vida da população rural: “...extensão da legislação social-trabalhista para o campo, isto é, proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida” E também:

[...] modificação da estrutura da propriedade fundiária rural no sentido de corrigir a extrema concentração que caracteriza essa propriedade, a fim de proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra em proveito próprio.

O autor garante que uma reforma agrária não pode ser realizada com apenas um dos caminhos, sendo extremamente necessário a junção dessas duas ações para uma efetiva reforma agrária.

Segundo o Incra:

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso,

⁵ ESQUERDO, de S. F. V. 2017, p.11

a fim de atender aos princípios de **justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção** (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64)

Sendo assim, o Incra afirma que a Reforma Agrária abarcaria nove pontos positivos:

Figura 6 – Nove pontos positivos da Reforma Agrária

1 Desconcentração e democratização da estrutura fundiária.	2 Produção de alimentos básicos.	3 Geração de ocupação e renda.
4 Combate à fome e à miséria.	5 Interiorização dos serviços públicos básicos.	6 Redução da migração campo-cidade.
7 Promoção da cidadania e da justiça social.	8 Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural.	9 Democratização das estruturas de poder.

Fonte: INCRA⁶

Para Júnior, (1981, p. 88) “O que se entende e deve entender por “reforma agrária” nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida”

⁶ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Figura 7 – Estrutura Fundiária

TABELA 2 Estrutura Fundiária Brasil 2009					
Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
TOTAL	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0	110,3

Fonte: BR, MDA, Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, Brasília, 2011, p.30 ⁷

É importante saber a definição do conceito de imóvel rural feito pelo Incra:

Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes Glossário 283 restrições: I - Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro. II - Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada (BR, 2011, p. 282)

Ainda segundo o Incra, “Em relação ao **tamanho** da área, os imóveis rurais são classificados em:

1. **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
2. **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

⁷Disponível

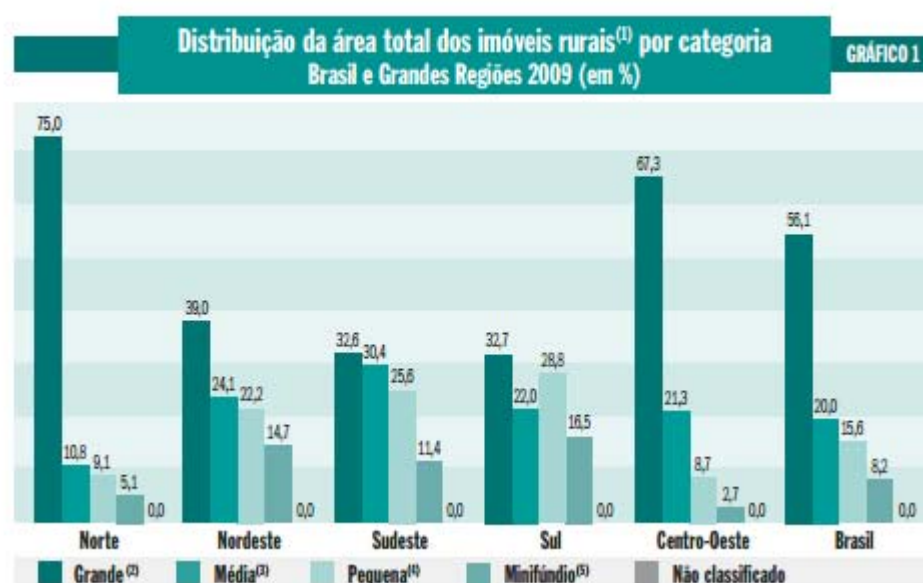
em

<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3%5D>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

3. **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
4. **Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o **módulo fiscal** (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município”.

Figura 8 – Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria Brasil e Grandes Regiões 2009



Fonte: BR, MDA, Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, Brasília, 2011, p.31⁸

Silva, (1994) expõe sobre a probabilidade de acontecer uma reforma agrária no Brasil, segundo ele há sete pontos que barram um programa de reforma agrária, são eles:

1. Problema da atual Constituição: contradição do Estatuto da Terra
2. Questão do imposto rural: segundo o autor o imposto no Brasil é inofensivo porque para ele ser efetivo e cobrir a valorização fundiária, ele teria que ser muito maior.

⁸ Disponível em

<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3%5D>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

3. Fator da lei de arrendamento e parceria serem analisados de outra forma, como “formas de permitir o acesso à terra por parte do campesinato mais pobre com base num diploma legal que lhe permita uma maior estabilidade”. (SILVA, 1994, p.200).
4. Questão dos programas de colonização: segundo o autor é necessário que se reavalie as concessões de terras dadas pelo Incra, já que muitas delas não foram utilizadas.
5. Necessidade de um código de uso de solo e de águas.
6. Criação de um programa de regularização fundiária
7. Refletir sobre a política social feita para o campo.

Segundo Eid e Pimentel, (2010, p.40):

[...] a simples distribuição de terras a quem necessita não é suficiente para resolver problemas nacionais. Faz-se necessária uma política governamental para a reforma agrária, tendo em vista a transformação da estrutura agrária brasileira, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável em, pelo menos, três dimensões — econômica, social e ecológica.

Ferreira, (1994, p.39), expõe sobre os conceitos de reforma agrária e assentamentos estarem sendo utilizados como sendo equivalentes, para isso, afirma:

Uma possível distinção de ordem prática está em considerar a reforma agrária como fundiária, no sentido de torna-la mais equânime. Já o assentamento compreenderia, basicamente, as ações de natureza prática que se iniciaram com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado.

3.1.2 A política fundiária no Estado de São Paulo e suas consequências na região de Araraquara-SP

O intuito desta dissertação é tratar sobre a conjuntura dos assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, isso porque o assentamento que foi escolhido como estudo de caso está inserido neste estado, portanto, possui características diferentes dos que estão em outros estados do Brasil.

É necessário tratar sobre as políticas de assentamentos rurais realizadas no Estado de São Paulo para que possamos compreender como se deu a questão fundiária e seus desdobramentos institucionais na região estudada.

Segundo Bergamasco e Norder (2009, p.70):

As primeiras propostas de realização de projetos de assentamento no estado foram formuladas nos anos 60, através do programa de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto (1958-1962), num contexto em que a reforma agrária vinha-se tornando um dos temas mais polêmicos na sociedade brasileira.

O objetivo dessa Revisão Agrária era assentar de 500 a 1000 famílias no ano, mas como afirma Bergamasco, (2009) apenas 176 famílias foram beneficiadas, referente aos dois projetos criados inicialmente em 1960.

“No início dos anos 60, o governo do estado de São Paulo anunciava sua intenção de promover uma Revisão Agrária (Lei 59.994, de 31 de Dezembro de 1960): uma proposta desenvolvimentista de atuação sobre a estrutura fundiária”. (BERGAMASCO e NORDER, 2009, p. 77).

Com a entrada de Franco Montoro em 1983, cria-se duas leis, a lei 4.925 de 19/12/1985 e a lei 4.957 de 30/12/1985. A primeira “dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a rurícolas que as ocupem e explorem, e dá outras providências” e a segunda, “dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários”, está teve algumas modificações pela Lei nº 16.115, de 14/01/2016.

Segundo Barone e Ferrante, (2010, p.124):

Assim é que a abertura política dos anos 1980, com o fervilhar das demandas sociais e políticas reprimidas, estão diretamente relacionadas com a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos nas terras do horto de Silvânia (P.A.Monte Alegre)”. “Da mesma forma, uma ação mais intensa por parte do governo estadual voltou a ocorrer em meados da década de 1990 (governo Mário Covas).

É nessa década de 1990 que também no nordeste paulista (Araraquara-SP) começam a surgir políticas para que fossem criados assentamentos, sendo assim, esse período é extremamente importante para esta região já que “Na região de Araraquara, durante o governo Covas, a totalidade das terras da Monte Alegre passou a abrigar assentamentos”. (BARONE; FERRANTE, 2010, p.124).

No entanto, há um problema verificado por Barone e Ferrante, (2010), que é que a solução não seria apenas institucionalizar o assentamento. É necessário ir além, acompanhar esses novos assentados, para construir junto a eles formas de ascensão e reconhecimento. Por isso eles afirmam: “A falta de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos, tanto dos órgãos oficiais, quanto das lideranças e suas organizações, enfraquece mais ainda o potencial dessas experiências” (BARONE; FERRANTE, 2010, p.132).

Em relação a Araraquara, Barone e Ferrante também tecem uma crítica:

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE, BARONE, 1997/98) – o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas (BARONE; FERRANTE, 2010, p.131).

3.1.3 Questão do desenvolvimento dos assentamentos

Referente a questão se houve ou não desenvolvimento nos assentamentos, Ferrante, Barone e Kuranaga, (2010) irão questionar esse conceito. Saindo do senso comum de que desenvolvimento está ligado somente ao âmbito econômico.

Portanto, Ferrante, Barone e Kuranaga, (2006, p.19) vão questionar esse tratamento estritamente economicista:

Aos vinte e sete anos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a discussão acerca do desenvolvimento desses assentamentos é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de “favela rural” para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente.

O conceito que os autores utilizam de desenvolvimento é o mesmo em que Amartya Sen utiliza, ou seja

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p.29).

Os autores esclarecem que utilizam essa concepção para tratar sobre a relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais por esta valorizar “[...] a perspectiva dos agentes que estão envolvidos nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados”. (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006. p.20).

Afirmam também que “Para nós, a relação dos assentados com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados”. (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006. p.20). [A questão é de como analisar o conceito de desenvolvimento não levando em conta apenas a orientação econômico-financeira]. “Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições [além da econômica] criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais?” (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006. p.21).

A perspectiva dos autores para analisar a realidade do assentamento sob o viés do desenvolvimento faz com que eles cheguem a conclusão de que no conceito de desenvolvimento em relação ao âmbito rural está três dimensões importantes de análise: [...] a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio á integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais”. (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006. p.20).

4 Caracterização do assentamento Monte Alegre

A primeira política pública feita pelo governo do Estado foi o plano chamado de “Propostas de políticas emergenciais para o desemprego sazonal dos boias-frias” (1984) que ficou mais conhecido por “Programa Boia-fria”. Esse plano pressupunha o cultivo de áreas tidas como ociosas, e o cultivo tanto de áreas públicas e particulares. Esse plano foi uma das origens institucionais do projeto de assentamento na Fazenda Monte Alegre e como também afirmam os autores, um programa feito pelo governo chamado “Programa de valorização de terras públicas” foi também outro ponto do estopim dos assentamentos que viriam a ser instalados nessa região do nordeste paulista.

Pode-se afirmar que a terra passa a compor o conjunto de necessidades dos trabalhadores rurais em três níveis: 1) reivindicada explicitamente pelos tradicionais sem-terras (posseiros, parceiros, ex-arrendatários, etc); 2) não reivindicada explicitamente nas greves dos boias-frias; e 3) incorporada pelo Estado como necessidade de reprodução dos trabalhadores. (WHITAKER; BARONE; FERRANTE, 2004, p.20).

Então o que se vê é que “A luta pelos assentamentos na região em questão, entrecruzamento das necessidades materiais e das aspirações culturais dos boias-frias teve um impulso decisivo no ano de 1984”. ((WHITAKER; BARONE; FERRANTE, 2004, p.20).

Os autores Ferrante, Barone e Duval, (2012, p. 4) desdobram sobre dados estatísticos sobre a questão da estrutura fundiária da região de Araraquara:

Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos na microrregião de Araraquara, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986 apud FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012, P.4). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%).

O sindicato dos trabalhadores rurais (STR), o CEPAM e o IAF se juntaram e elaboraram um documento que tinha o anteprojeto agrícola do assentamento que viria a ser instalado, o PA Monte Alegre. Mesmo esse documento sendo uma solicitação legal das terras, os administradores do ex-CAIC foram contrários a liberação dessa área e então

um grupo de trabalhadores organizados junto com o sindicato ocuparam as terras em 4 de julho de 1985. Mas todas as famílias que ocuparam a área foram despejadas, no entanto, alguns dias depois e com outro grupo, eles voltaram e tomaram posse da terra definitivamente.

Portanto, o conjunto de assentamentos de trabalhadores rurais atualmente existentes no município de Araraquara teve início em meados de 1985, no contexto particular da política fundiária desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo, na gestão Montoro. “Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois” (FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012, p.5).

O primeiro assentamento, portanto, ocorreu em 10 de julho de 1985 quando um grupo de 28 famílias de trabalhadores rurais, seguidos posteriormente por outras 16 deram entrada à área de 708 hectares da fazenda Monte Alegre. A origem social desse contingente, oriunda de Araraquara e região, era composta majoritariamente por trabalhadores volantes, egressos do corte da cana (Chonchol, 2003).

Até o ano de 1992 tem-se a formação de 5 núcleos no projeto do Assentamento Monte Alegre e é entre 1995 a 1998 que é instalado o 6º núcleo e uma nova parte do núcleo III. Os autores afirmam que “Além da ampliação, estes novos núcleos tem uma nova configuração territorial diferenciada, sem agrovilas centralizadas (todos os assentados moram em seus lotes de produção), mas como uma área comunitária onde foram construídos uma escola e um centro comunitário” (FERRANTE; WHITAKER; BARONE, 2004, p. 24). É nessa mesma época que surge um núcleo isolado de assentamento instalado pelo ITESP no Horto Florestal de Bueno de Andrade, isso ocorreu para que o excedente de famílias que não conseguia se instalar em Monte Alegre conseguissem encontrar um lugar com as mesmas características legais de MA.

Atualmente, existem seis núcleos de assentados, com características, data de entrada na área, constituição dos beneficiários e processo de seleção diferenciados. O assentado que participou da ocupação do assentamento em seu início, conseguiu obter terras improdutivas, portanto, era preciso fazer com que a terra produzisse. O assentado que chegou posteriormente a ocupação, conseguiu obter um lote com benefícios, por este motivo, este assentado que se instala depois do começo da formação do assentamento, precisa pagar por este lote, referente às benfeitorias que há neste terreno.

Essas terras que se converteram em assentamentos eram, em sua maioria, terras públicas da Fazenda Monte Alegre, propriedade das Ferrovias Paulistas S/A – FEPASA, e administradas pela ex-CAIC (Companhia agrícola, imobiliária e colonizadora), atual Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) por um período de vinte anos e para fim de reflorestamento.

Conforme Gavioli; Costa (2011, p.37), “O assentamento ocupa uma área total de 6.599 ha, dos quais 5.230 ha são agricultáveis, sendo o restante ocupado por construções, estradas, áreas comunitárias, além de 1.043 há de reserva legal – composta, sobretudo por eucaliptais – e áreas de preservação permanente. Vivem e trabalham no assentamento cerca de 380 famílias, em lotes que variam de 11 a 14 ha, incluindo um ha para moradia nas agrovilas existentes”.

Sabendo-se que não existe produção coletiva no assentamento, e que cada um trabalha em seu lote, Ferrante e Duval, (2011, p.20), concluem:

A origem da renda é, neste assentamento, predominante da produção no lote, seguida muito de perto pela renda auferida por aposentadorias. Na indagação sobre a principal fonte de renda, a da cana e a proveniente de outros produtos aparecem com os mesmos percentuais. Entretanto, ao somar-se a renda da cana com a da aposentadoria e outros salários obtém-se a principal fonte de renda.

Um ponto importante que foi analisado por Ferrante e Duval, (2011, p.28) é a questão da solidariedade entre os assentados, já que há muitas diferenças entre um lote e outro, em que uns podem conseguir produzir mais, e outros podem chegar até mesmo a não conseguirem, principalmente se somente conseguem ter acesso a um lote que não seja produtivo:

Desse modo, as famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima dependem que nos lotes dos vizinhos, ou de seus familiares e amigos, haja uma produção de alimentos cujo excedente possa ser por elas aproveitado. Isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades, ou mesmo por relações solidárias de doações. Pelo fato de a maioria das famílias já ter vivenciado períodos de privação dos meios produtivos e talvez sofrido escassez de alimentos, é provável que entre os assentados não haja quem queira ver alguém próximo passando fome, ainda mais quando há um excedente disponível, havendo, portanto, a mediação interna destes excedentes.

4.1 Caracterização da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA VI)

Neste assentamento, mais especificamente no lote VI, há uma associação de mulheres assentadas do Monte Alegre VI (AMA VI) que se associaram através de um benefício conquistado por todas.

Em relação à essas mulheres assentadas, Ferrante e Duval, (2011, p.19), fazem uma análise:

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos de um grupo de mulheres em relação ao modo como eram e como passaram a ser produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora.

Não existia nenhuma associação nestes moldes no assentamento Monte Alegre, mas já existia uma cozinha comunitária, então, através da participação dos fóruns do Orçamento Participativo, as mulheres decidiram em 2002 que colocariam como demanda uma Padaria Comunitária para ajudar no orçamento familiar. De início, pensaram que utilizariam a padaria apenas 1 vez na semana, já que para elas seria uma produção pequena.

Essa conquista foi iniciada em 2008. Através do Orçamento Participativo para Mulheres, foi ganho 100 mil que foi dividido entre o lote III e VI. Após essa conquista é que foi fundada a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA VI) e no governo do prefeito Edinho Silva ganharam alguns equipamentos (UNESP, ITESP, UNIARA). Nesta época (2013), além de terem conseguido a padaria, onde produzem os produtos, um espaço para comercialização dos produtos e conseguiram um espaço de lanchonete no terminal de ônibus em Araraquara, que era dividido com as mulheres que faziam artesanato (mãos que criam). Atualmente, este espaço no terminal de ônibus não existe mais.

Fotografia 1 - Entrada da Padaria Comunitária no lote VI do Assentamento Monte Alegre



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

Fotografia 2 - Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

Fotografia 3 - Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

Fotografia 4 - Placa Inaugural da Padaria Comunitária “Irene Biazzzi Goes”⁹



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

⁹ O nome é em homenagem a uma ex-moradora do assentamento.

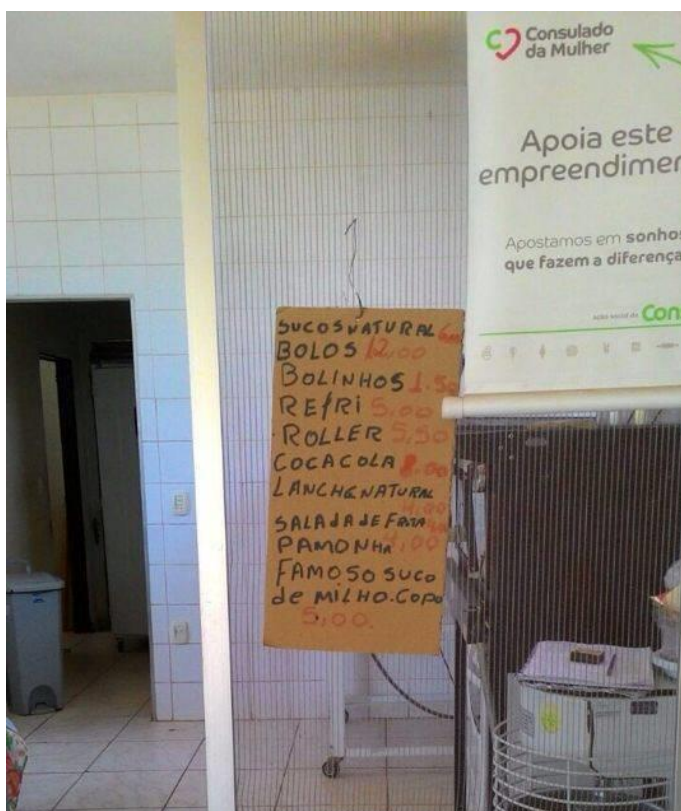
Fotografia 5 - Fachada interna da Padaria Comunitária



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

No que diz respeito à AMA VI, ela é constituída, atualmente, de 11 associadas que produzem em equipamentos de uso comum no assentamento Monte Alegre VI, pães, bolo, biscoito, suco: natural e sem conservantes. As mulheres tentam usar o máximo dos produtos que estão disponíveis no assentamento, se existe um produto que alguma delas possui em seu lote, elas compram o produto por um valor menor para utilizar na Padaria. Os ingredientes que não encontram no assentamento, precisam comprar de outros produtores, como o milho que não conseguem produzir todo mês. Já óleo e farinha precisam comprar no supermercado. Além disso, as mulheres afirmam que sempre pensam em medidas que auxiliem o meio ambiente, por isso, por exemplo, usam a palha do milho para o gado, como esterco, fazendo isso, deixam de queimar a palha, como muitas pessoas acabam fazendo. Além disso, as mulheres também reciclam os materiais para não contaminar o meio ambiente.

Fotografia 6 - Produtos da Padaria Comunitária



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

A AMA VI, não segue um cronograma de produção, as mulheres produzem na padaria 3 dias da semana, mas as vezes produzem mais e as vezes menos, para não sobrar e estragar. A Padaria Comunitária fica aberta de terça e quinta das 6:00 as 22:00, de

segunda, quarta, sexta e sábado das 6:00 as 18:00 e de domingo das 6:00 a 12:30. Além desse canal de venda, A AMA VI leva seus produtos em algumas feiras, como a feira noturna que acontece na cidade de Araraquara e uma feira em Matão. As mulheres afirmam que antes a prefeitura ajudava com caminhão para levar nas cidades vizinhas que tinham feiras, mas, a partir de 2014 cortaram essa ajuda.

A associação é vista para as mulheres que participam como uma ajuda na renda familiar de cada uma, isso porque além de obterem o dinheiro para reinvestirem na padaria, ganham por seus cargos.

Um ponto negativo colocado pelas mulheres da associação é que as feiras não estão aumentando o lucro da padaria, isso porque, na visão delas, as pessoas estão tendo preferências por hortifrutti, conseqüentemente, estão buscando dietas saudáveis, alimentos leves, por isso, em uma tentativa de conquistar quem se importa com comidas mais saudáveis, elas começaram a fazer pães sem glúten, sem lactose, além disso, na própria padaria fazem saladas de frutas, porque o fluxo de ciclistas que fazem trilha ao redor do assentamento é muito grande.

Antes de ser inaugurada a Padaria Comunitária, as mulheres afirmaram que tiveram vários cursos pelo Senai de panificação na cozinha piloto do restaurante popular, curso de precificação, entre outros cursos de capacitação. Além dessa ajuda do Senai, a Uniara (Universidade de Araraquara) contribuiu com a análise de 23 produtos, para compor a tabela nutricional e poderem ser etiquetados com arte própria.

As receitas utilizadas para a produção da Padaria não são próprias das mulheres associadas, mas na maioria das vezes, elas costumam modificar algum ponto da receita para melhorar ou tornar o produto diferenciado, como os pães sem glúten e sem lactose.

Fotografia 7 - Etiqueta feita pela Uniara para cada produto com sua tabela nutricional correspondente



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

Fotografia 8 - Presidente da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI mostrando etiqueta antiga e nova feita pela Uniara



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia.

A Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária de Araraquara-SP, estava muito presente na época da fundação da AMA VI.

Com a ajuda da coordenaria, A Panificadora da AMA (Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI) conquistaram o Prêmio Usinas do Trabalho 2014, realizado pela Consul e pelo Instituto Consulado da Mulher.

A premiação é feita como reconhecimento a empreendimentos de destaque protagonizados por mulheres em todo o Brasil, nos ramos de lavanderia e alimentação. Ao obter o prêmio máximo na competição, que envolveu 92 associações de mulheres em todo o País, a AMA foi

agraciada com um freezer com capacidade de 305 litros, um refrigerador para armazenar até 300 litros e um fogão de seis bocas. Também recebeu um cheque no valor de R\$ 5 mil, que serão investidos em melhorias na própria panificadora, e um trabalho de acompanhamento e assessoria prestado pelo Instituto Consulado da Mulher por um período de dois anos” (MULHERES..., 2008).

Fotografia 9 - MULHERES do Assentamento Monte Alegre ganham prêmio nacional



Fonte: (MULHERES..., 2008).¹⁰

¹⁰ **Jornal O Imparcial**, Araraquara, 31 ago. 2008. Disponível em:
<<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?tpconteudo=artigo&id=6993&idc=4>> Acesso em:
15 mar. 2017.

Fotografia 10 – Banner do Prêmio do Consulado da Mulher juntamente com a Consul



Fonte: Fotografia tirada por Orion Sofia

Os autores Ferrante, Barone e Duval, (2012, p.15) comentam sobre a padaria comunitária conquistada pela demanda das mulheres assentadas do Monte Alegre.

Trata-se de uma proposta capaz de integrar a produção agropecuária, a agroindustrialização e a comercialização por parte das assentadas, e que tem alterado, em certa medida, o papel que elas exercem na geração e complementação da renda familiar e reafirmam a presença e a irradiação das atividades de diversificação agrícola.

E ainda Ferrante, Barone e Duval, (2012, p.15) comentam sobre a padaria como forma de agroindústria familiar dentro do assentamento:

Indicam que a estratégia da agroindustrialização dos produtos dentro do assentamento aumenta a renda das famílias e a convivência familiar/comunitária, além de possibilitar uma inovação na forma de gerir o território, de forma que os (as) assentados (as) produzem no lote agrícola as matérias-primas para sua própria agroindustrialização ou compram de vizinhos (as), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a comercialização.

Essa agroindustrialização familiar segundo Ferrante, Barone e Duval, (2012, p. 16) faz com que [...] o valor agregado da produção dos assentamentos aumenta e, por outro lado, chega ao consumidor um produto com características artesanais, ocorrendo, a partir daí uma valorização da produção local e da reforma agrária”.

Mas um problema que é visto em quase todas essas experiências é a questão da cooperação, já que por mais que se consiga prosperar e formalizar uma agroindústria no assentamento, a dificuldade que se encontra no processo de sua organização acaba sendo a questão de cooperação.

Por isto, Ferrante, Barone e Duval, (2012, p.16) afirmam:

As experiências de agroindustrialização nos assentamentos se dão muitas vezes a partir de um tipo de associativismo informal – formação de grupos nos quais cada um coopera com outro (e não o cooperativismo), como uma estratégia camponesa de reprodução social, cultural e econômica.

A utilização da Economia Solidária tanto em empresas quanto no meio rural, permite aos grupos marginalizados pela economia capitalista de terem uma maior oportunidade de inserção.

Autores como Eid e Pimentel, (2010, p.40), se questionaram [...] se é possível conceber EES que consigam sobreviver e crescer na economia capitalista, incorporar progresso técnico, racionalizar a organização produtiva e do trabalho, trazer benefícios sociais aos associados, ser esforço político para as lutas dos trabalhadores, além de garantir gestão democrática e autônoma”.

Vale ressaltar que estes autores utilizam o conceito de empreendimento econômico solidário segundo Gaiger et al. (1999),

como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda e regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (GAIGER et al., 2010 apud EID; PIMENTEL, 2010, p.41).

De todas as experiências de empreendimentos solidários realizadas na cidade de Araraquara-SP, a AMA VI é considerada pela população, a que mais obteve sucesso. Apesar disso, na análise a partir da entrevista semiestruturada realizada com a presidente da associação, o que se vê é uma falta de organização estrutural da própria associação. Ora referente a atas, ora referente a reuniões, ora referente a própria política interna. Ou

seja, não é somente a ajuda técnica que é vista como necessária. E é neste ponto, que a Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária deveria agir.

As mulheres da associação não têm o conhecimento do que a Coordenadoria poderia realizar de fato para seu empreendimento. Elas só tiveram conhecimento da existência da Coordenadoria porque eles as ajudaram com o edital da Consul e do Instituto Consulado da Mulher.

A presidente da AMA VI assume que a Coordenadoria pode as ajudar tecnicamente, mas ressalta a importância de ajuda para organização interna do empreendimento. Apesar disso, afirma que neste ano, devido à mudança no governo municipal, ela acredita que a Coordenaria poderá voltar a realizar projetos de auxílio.

A dificuldade dos assentados, que não é encarada por Ferrante, (1994, p. 140) como incompetência, mas apenas como um desconhecimento pela consequência de suas realidades sociais, surge quando eles começam a se tornar trabalhadores rurais assentados, isso porque:

Eles não têm, em seu passado recente, experiências de um trabalho cooperativo, mas conviviam com o fato de terem anteriormente suas forças reguladas pelo tempo disciplinado; em muitas situações, nunca haviam tido oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito, e a própria engrenagem mercantil. Têm, ainda mais, que gerir seu próprio espaço, vindos de um tempo regido pelo olhar do outro.

5 Considerações finais

A questão do desenvolvimento destes empreendimentos está diretamente ligada à uma mudança de hábitos e culturas enraizados nos trabalhadores devido ao nosso modo de produção vigente, que individualiza, desmobiliza e faz com que os trabalhadores compitam entre si. Por isso:

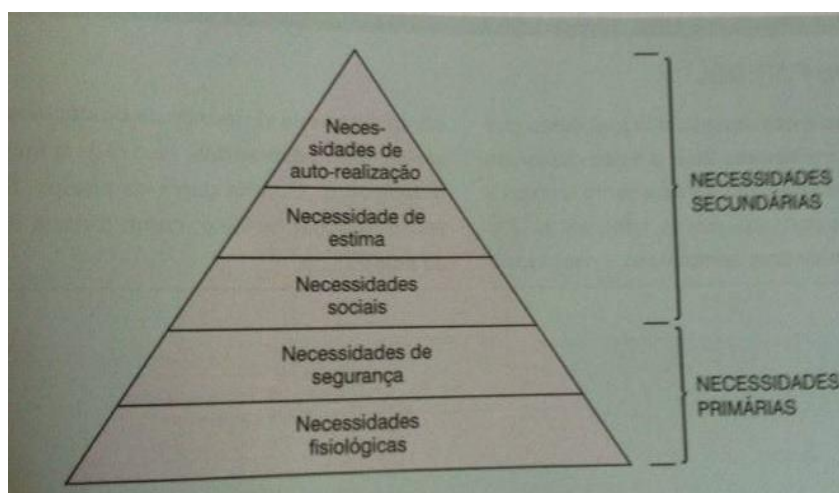
A superação do trabalho alienado pela autogestão dos trabalhadores implica a compreensão de novos sentidos do trabalho, articulados à perspectiva de outro projeto de economia e sociedade que, para se viabilizarem, necessitam de um processo educativo coerente, com princípios e valores da educação popular, ressignificando sua longa tradição na experiência latino-americana” (ADAMS, 2014, p. 585).

Por este motivo, para além de projetos técnicos, é mister que se faça um projeto educacional referente à Economia Solidária.

Estas questões são complexas e estão sobrepostas umas às outras. Isso porque, por exemplo, um indivíduo tem necessidades primárias, por exemplo, precisa de condições para viver, precisa de uma terra, saneamento, água, comida. Tendo isto, consegue ser estimulado à educação. A educação para a economia popular solidária é necessária e precisa se desenvolver no âmago dos trabalhadores rurais.

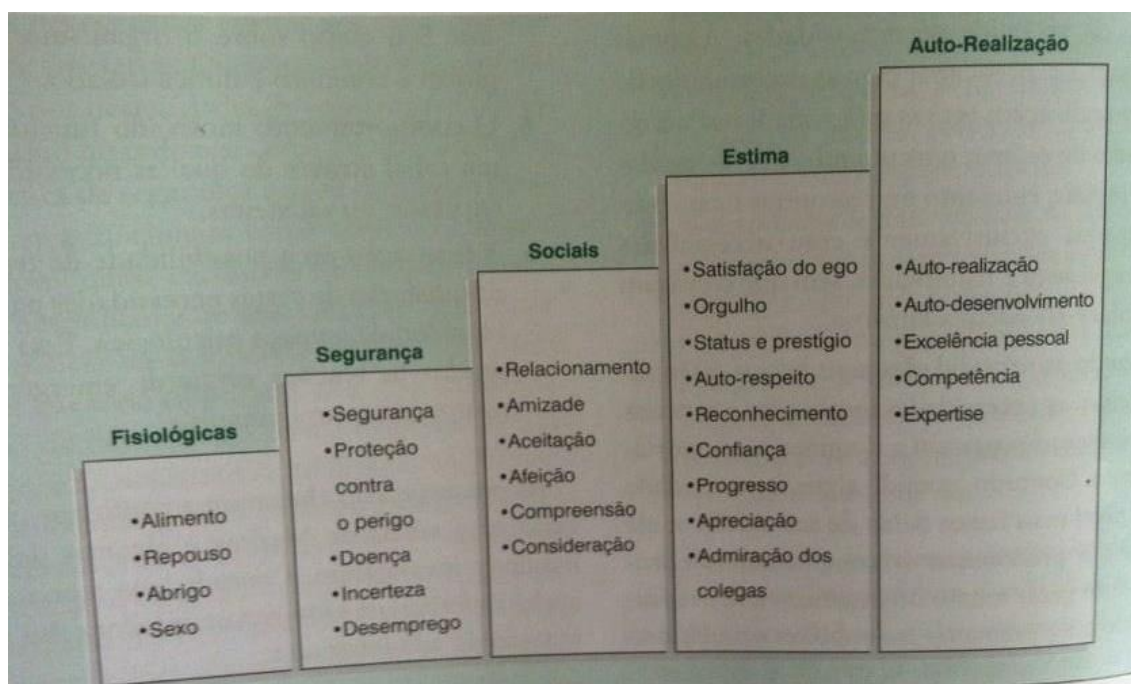
Tendo como base a pirâmide de Maslow é que se pode começar a traçar os passos a passos para esse desenvolvimento dos trabalhadores rurais para uma emancipação social, política, econômica e cultural.

Figura 9 - A hierarquia das necessidades, segundo Maslow



Fonte: CHIAVENATO, Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações, 2003, p. 331¹¹

¹¹Figura retirada do livro CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. P.331-332.

Figura 10 – A hierarquia de necessidades de Maslow

Fonte: CHIAVENATO, Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações, 2003, p. 332.¹²

Segundo Hesketh e Costa, (1980, p.59):

As necessidades humanas, segundo Maslow, estão arranjadas numa hierarquia que ele denominou de hierarquia dos motivos humanos. Conforme o seu conceito de premência relativa, uma necessidade é substituída pela seguinte mais forte na hierarquia, na medida em que começa a ser satisfeita. Assim, por ordem decrescente de premência, as necessidades estão classificadas em: fisiológicas, segurança, afiliação, auto-estima e auto-realização.

E ainda afirmam:

Maslow (1973) aponta várias maneiras subjetivas para medir o nível de necessidade, porém dá mais ênfase às queixas apresentadas pelos indivíduos, visto que elas são indicadoras de seus desejos. Segundo ele, os seres humanos irão sempre reclamar, independente do nível de suas necessidades, pois os indivíduos sempre estarão desejando alguma coisa mais da qual não dispõem (HESKETH; COSTA, 1980, p.60).

¹²Figura retirada do livro CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. P.331-332.

As necessidades são divididas em cinco etapas. A primeira se encontra no campo da fisiologia, são as necessidades referentes ao organismo humano. A segunda se refere à segurança, e aparece quando consegue-se suprir as necessidades fisiológicas, as necessidades de segurança se englobam entre proteção e recursos financeiros. As necessidades sociais também só aparecerão segundo Maslow após as de segurança serem supridas, são elas necessidades de associação, de amizade, aceitação em novos grupos e socialização. As necessidades de status e estima surgem após as de cunho sociais serem providas, as necessidades de status e estima se referem a autoconfiança, reconhecimento, respeito dos outros e claro, a autonomia. A última etapa de necessidade encontrada na pirâmide de Maslow se refere a autorrealização, se encontram no nível de espontaneidade, autodesenvolvimento e prestígio.

Lembrando-se um adendo de Chiavenato, (2003, p. 330) “As necessidades humanas assumem formas e expressões que variam conforme o indivíduo. A intensidade das necessidades e sua manifestação são variadas e obedecem às diferenças individuais entre as pessoas”.

A escolha por trazer o referencial teórico de Maslow ao cerne do debate colocado aqui é pelo motivo de pressupor que, por exemplo, um grupo de assentados que estão acampados em lonas, reivindicam a segurança, através da apropriação das terras, mas no caminho deste longo percurso, terá antecedentemente que haver formas de suprir necessidades fisiológicas, como água, saneamento, comida. Quando conquistado o direito à terra, esses assentados terão que passar por um processo de pertencimento a esse grupo que conquistou as terras, ou seja, é nesta fase que se começam a poder surgir as associações e cooperativas mas, muitas vezes é depois de começarem a produzirem na sua terra, a começarem a obter lucro e laços sociais mais fortes, é que vão se ver como trabalhadores assentados reconhecidos, seja pelo Governo Municipal, pelo Estado, pelos órgãos, além disso, é neste momento que pode-se começar a sentir que realmente conquistaram sua autonomia. Sendo assim, o que se espera, segundo a pirâmide de Maslow é que cheguem a etapa de autorrealização. Pode-se dizer, que essa etapa é extremamente subjetiva, mas de qualquer forma, é válida sua análise. Por exemplo, muitos grupos de assentados formam cooperativas ou associações, e elas podem trazer a potencialização e o autodesenvolvimentos dos seus membros.

7. Conclusão

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise relacional entre Economia Solidária e assentamentos rurais. Já que entre os dois há muito em comum, sendo que as próprias cooperativas e associações [que são muito presentes no campo rural] são produtos da Economia Solidária. Através desta análise relacional buscou compreender as potencialidades que a Economia Solidária pode trazer para os trabalhadores rurais. Com o trabalho de campo foi possível analisar uma associação de mulheres assentadas do Monte Alegre (AMA VI), esta associação é vista como um dos empreendimentos solidários que mais obteve sucesso na cidade de Araraquara-SP. Esta parte prática serviu como base para compreender o funcionamento da associação e analisar como a Economia Solidária está presente no seu escopo.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a Economia Solidária é tão antiga quanto o capitalismo industrial, tendo surgido no contexto da Primeira Revolução Industrial para defender os direitos de vida e trabalho dos trabalhadores ingleses. Os trabalhadores viram nas cooperativas uma forma de superar a produção assalariada que estava massificando-os. É nesta época, portanto, que Os Pioneiros Equitativos de Rochdale fundam uma cooperativa [reconhecida como a primeira cooperativa moderna] e elencam princípios que servem de base para o cooperativismo até os dias de hoje.

No Brasil, a Economia Solidária surge um pouco mais tarde, nos anos 80 do século XX, devido ao grande número de falências de empresas, que fizeram com que os trabalhadores resgassem as empresas e as autogerissem.

A prática da associação e cooperação no âmbito rural pode acontecer de forma mais espontânea, isso porque quando os trabalhadores se associam ou formam cooperativas eles têm mais facilidade para obtenção de benefícios e créditos por exemplo.

Para que se compreenda as dificuldades dos assentamentos em sua propagação, foi necessário a análise do território brasileiro, desde os primórdios da colonização. Uma série de datas modelam e remodelam a questão fundiária de nosso país, são elas:

1530 – Criação de capitanias hereditárias e sistema de sesmarias;

1822 – Suspensão do sistema de sesmarias;

1850 – Criação da Lei de Terras;

1946 - Nova Constituição cria uma nova função à terra: deve cumprir sua função social;

1964 – Criação do Estatuto da Terra;

1988 – Constituição legitima a desapropriação de terra para fins de Reforma Agrária.

Sabendo-se que o Brasil é o quinto país com maior extensão rural e com maior potencial agropecuário, o que acontece então para que a Reforma Agrária não ocorra?

Mesmo com toda sua extensão, há um problema muito grande quanto a concentração de terras no Brasil. Segundo o índice de Gini essa concentração é de 0.854. A concentração em si não pode ser considerada como única forma de atingir a Reforma Agrária, sendo que também é preciso levar em conta o aumento dos direitos dos trabalhadores rurais

Como o objeto de estudo do referido trabalho se encontra na região do nordeste paulista (Araraquara-SP) foi preciso analisar as políticas fundiárias realizadas pelo Governo do Estado. Através do Programa de Revisão Agrária, nos anos 60 [Governo de Carvalho Pinto] é que surge o debate sobre os projetos de assentamentos, mesmo assim, essa política não foi de grande êxito, sendo que apenas em 1980 [Governo de Franco Motoro] que começa-se a ver as primeiras instalações de assentamentos na região. Na década de 1990 [Governo de Covas] a região de Araraquara passa a abrigar mais assentamentos.

Um assunto difícil de ser tratado, mas necessário, foi o de tratar não apenas sobre a institucionalização desses assentamentos, mas também sobre seu desenvolvimento. Deixando de lado o viés estritamente econômico, uma análise abrangente sobre o assunto equivale a pensar não apenas se o assentamento obteve desenvolvimento econômico, mas também se houve melhora na vida [social] e aumento das liberdades dos assentados.

A data de 1984 foi importante para a região do nordeste paulista, é nesta data que o “Programa Boia-Fria” foi instaurado e consequentemente este plano foi o estopim para o projeto de assentamento da Fazenda Monte Alegre. Foi na gestão de Franco Motoro em meados de 1985 que os primeiros núcleos foram instalados pelo ITESP.

Ao realizar as entrevistas semiestruturadas com a Presidente da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA VI) foi analisado que a Padaria

Comunitária [fruto do dinheiro ganho através do Orçamento Participativo para Mulheres] tem uma estrutura eficiente, com vários equipamentos [em sua maioria doados] e através de cursos dados, as mulheres associadas conseguiram organizar a estrutura interna melhor. Apesar disso, o que se vê é que há falta de organização interna da própria associação. A ajuda técnica [através de cursos de precificação, etc] é bem vista pelas mulheres, mas existe uma necessidade de auxílio para a associação conseguir se estruturar de forma melhor.

A maior dificuldade de crescimento dos empreendimentos solidários está no fato que a Economia Solidária ainda não está enraizada no modo de produção. O que está enraizado é o modo individualista de produzir e obter lucro. Por isto, é necessário que se faça [com a gradação necessária, através da Hierarquia das necessidades de Maslow] uma educação para a Economia Solidária.

Afirmando que somente a distribuição de terras não aumentará o desenvolvimento dos trabalhadores rurais, afirma-se também que apenas o suporte de abertura de associações e cooperativas também é ineficiente. Por isso, é necessário um projeto educacional que englobe os trabalhadores rurais para poderem utilizar desta economia e poderem prosperar.

Admite-se, portanto, que a Economia Solidária pode e faz com que empreendimentos solidários que estão no âmbito rural consigam progredir, isso porque a Economia Solidária permite aos grupos marginalizados pela economia vigente terem uma maior oportunidade de inserção e benefícios. A única questão é que são necessárias políticas públicas de ensino para esta economia alternativa, para abranger toda a potencialidade que a Economia Solidária pode oferecer aos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. Educação na Economia Solidária: desafios e perspectivas. Revista Educação UFSM, Santa Maria, v.39, n. 3, p. 577-588, 2014. <<https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/6481/pdf>> Acesso em 3 de abril de 2017
- BERGAMASCO, P. P. M. S. Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. In: MEDEREIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994. p. 225-237.
- BERGAMASCO, P. P. M. S.; NORDER, C. A. L. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. In: MEDEIROS, L; LEITE, S. (Org.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 69-117.
- BR, MDA, Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, Brasília, 2011. Disponível em <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3%5D>. Acesso em: 10 de mar. 2017.
- CARDOSO, L de F.; CLEPS JÚNIOR, J. Alternativas e viabilidades da Economia Popular Solidária em Projeto de Assentamento Rural: Avaliação da experiência da Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG). 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. p. 798-817.
- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. P.329-333.
- CHONCHOL, M. E. F. de.; JORGE, W. J.; SOUZA, G. J. Assentamento Monte Alegre: Conflitos e Negociações nas Ocupações e Terras. **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 65-78, 187-212.
- CORNELIAN, R. A. A Concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas”. 2006, 97 p. Tese (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista- UNESP – Araraquara.
- EID, F.; PIMENTEL, B, E, A. A importância da economia solidária e os desafios do cooperativismo de Reforma Agrária no Brasil. Cidade, 2010, p. 40-47. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/a-importancia-da-economia-solidaria-e-os-desafios-do-cooperativismo-de-reforma-agraria-no-brasil/>> Acesso em 10 de mar. 2017.
- ESQUERDO, de S. F. V. **Agricultura Familiar y Políticas Públicas en Brasil**. Escuela de Verano-Invierno COIMBRA-AUGM – Universidade Nacional de Cuyo, 1-10 marzo, 2017.

FERNANDES, M. B. Questão Agrária, Pesquisa e MST. **A questão agrária no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2001, v. 92. P. 19-49.

FERRANTE, B, S, L, V.; BARONE, A, L.; DUVAL, C, H. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **REDD: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

FERRANTE, B. S. L. V.; DUVAL, C. H. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. *Perspectivas*, São Paulo, v. 40, p. 15-39, jul./dez. 2011.

FERNANDES, M. B.; WELCH, A. C.; GONÇALVES, C. E. Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica de governança da terra no Brasil. 2012. "Land Governance in Brazil". Framing the Debate Series, no. 2. ILC, Roma.

GAVIOLI, F.R; COSTA, M.B.B - As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP) . *Revista de Economia e Sociologia Rural*,v.49,n.2, 2011.

HESKETH, L, J., COSTA, M, P, T, M. Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho. **Revista Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v.20, n. 3, p.59-68. 1980. <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v20n3/v20n3a05>> Acesso em 3 de abril de 2017.

JUNIOR, P, C. A Questão Agrária. **Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: brasiliense s.a., 1981, p. 86-127.

MARTINEZ-ALIER, V.; SINGER, P.; SIGAUD, L. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

(MULHERES..., 2008). **Jornal O Imparcial**, Araraquara, 31 ago. 2008. <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?tpconteudo=artigo&id=6993&idc=4>> Acesso em: 15 mar. 2017.

MONTEIRO, E. S. R. B. et. al. Prática dos Princípios Cooperativistas: um Estudo de Caso na Cooperativa Adalzisa Moniz em Cabo Verde, IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - IV ENAPEGS, UFLA, p. 3, 2010. Disponível em <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/31.pdf>> Acesso em 30 abr. 2017.

PRONZATO, C. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/19%20POEMAS%20SEM%20TERRA%20-%20Carlos%20Pronzato.pdf>> Acesso 17 abr. 2017

SANTOS, B; RODRIGUEZ, C. de S. Para ampliar o cânone da produção. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 23-64.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.81-126.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 182 p.

SCHIOCHET, V. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. In: Édi Benini...[et al] (Org.). 1. Ed. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. P. 17-45.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, da G. José. A questão agrária hoje. 2. Ed. In: STÉDILE, P, J. (Org.). **Viabilidade de uma Reforma Agrária em São Paulo**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994. P.191-203.

TOMÉ, G. de F. **O mito da revolução silenciosa**: programa nacional de economia solidária: uma análise crítica das práticas de autogestão no Brasil em pequenos empreendimentos populares. 2008. 155 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

WHITAKER, A, C, D., BARONE, A, L., FERRANTE, B, S, V, L. **Dezoito anos de assentamentos rurais**: diferentes dimensões desta difícil maioria. Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara-SP, v.7, n. 1, 2004) <
<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/1/180>>
 Acesso em 15 de fev.2017.